

Interfaces entre extensão universitária e preservação da memória: um estudo sobre o patrimônio cultural em Santa Clara do Sul/RS

Jauri dos Santos Sá

Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES), Lajeado, Rio Grande do Sul

 <https://orcid.org/0000-0002-5268-3566>

E-mail: jauri.sa@univates.br

Jamile Maria da Silva Weizenmann

Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES), Lajeado, Rio Grande do Sul

 <https://orcid.org/0000-0001-7077-6371>

E-mail: jamilew@univates.br

Tiago Weizenmann

Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES), Lajeado, Rio Grande do Sul

 <https://orcid.org/0000-0002-8577-9214>

E-mail: tweizenmann1@univates.br

Resumo: O artigo tem por objetivo discutir a importância da preservação do patrimônio cultural e sua relação com a memória social das comunidades. Resgata alguns tópicos normativos, dando destaque contemporâneo ao tema, projetando discussões sobre o papel da extensão universitária na promoção da educação patrimonial assentada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Apresentam-se ações do projeto *Patrimônio Vivo* em comunidades do município de Santa Clara do Sul/RS, no Vale do Taquari, ambiente em que a identidade cultural estabelece relação com a história da imigração alemã e com elementos do patrimônio imaterial e material. Como resultado das experiências extensionistas, o projeto tem criado espaços de discussão e problematização a respeito dos traços identitários que se relacionam à paisagem cultural e à memória social coletiva, contribuindo para que as comunidades exerçam papel protagonista e autoral, bem como de cuidado e preservação em relação ao patrimônio cultural.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Educação Patrimonial; Extensão Universitária.

Interfaces between university extension and memory preservation: a study on cultural heritage in Santa Clara do Sul/RS

Abstract: This article aims to discuss the importance of the cultural heritage preservation and its relationship with the social memory of the communities. It rescues some normative topics, giving contemporary prominence to the theme, projecting discussions about the role of university extension projects that promote heritage education based on the inseparability between teaching, researching and extension. The actions of the project called “Patrimônio Vivo” re presented in communities in the city of Santa Clara do Sul / RS, in Vale do Taquari, in which cultural identity establishes a relationship with the history of German immigration and with elements that represents the intangible and material heritage. As a result of the extensionist experiences, the project has created spaces for discussion that rescue the identity traits that are related to the cultural landscape and the collective social

memory, contributing to communities to be protagonists of the history, as well as preserving the cultural heritage.

Keywords: Cultural heritage; Patrimonial Education; University Extension.

Texto recebido em: 20/12/2020

Texto aprovado em: 20/04/2021

Introdução

Ao considerarmos a historicidade do desenvolvimento urbano, a sociedade contemporânea revela constantemente novos desafios que impactam, de modo especial, na (re)configuração do espaço. Assim, transformações sociais, tecnológicas e econômicas, desde o início da Revolução Industrial no século XVIII, provocaram mudanças profundas nas cidades. O processo de industrialização permitiu a fundação de novos aglomerados, bem como a expansão ou renovação de outros por meio de planos urbanos de intervenção. Vale lembrar um dos exemplos mais emblemático que é materializado pela transformação de Paris, por Haussmann¹, ao apagar uma parte da cidade medieval que já não servia ao propósito da nova era, criando um novo traçado urbano que se tornou modelo para muitas capitais europeias.

A ação de Haussmann, situada entre 1853 e 1882, considerada como “tábula rasa”, seguida por Cerdá, em Barcelona, e por Wagner, em Viena (MOREIRA, 2004, p. 32), traz ao debate uma importante problematização que atravessa os séculos e se apresenta como posição dilemática: Como é possível combinar progresso e preservação? No final do século XIX, Alois Riegl², Camillo Sitte³, entre outros pensadores, trataram de pautar as questões sobre o patrimônio histórico que, ao longo do século XX, tornaram-se foco de novas discussões em busca de alternativas para salvaguardar o que permanece das cidades antigas.

Embora antigo, este tema encontra espaço importante nas discussões atuais que tratam do tema da preservação patrimonial. Torna-se um desafio constante quando se considera o patrimônio cultural, cuja premissa deve prever condição indissociável ao desenvolvimento urbano, correlato ao que foi identificado na Convenção da UNESCO em Paris para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, em 1972, incluindo a ameaça de destruição causadas pela degradação

natural ou pelo desenvolvimento econômico e social, assim como o empobrecimento irreversível do patrimônio, originado pela destruição ou pelo desaparecimento de bens culturais, e a falta de recursos financeiros, científicos e técnicos para a manutenção e preservação do patrimônio ligado a diferentes processos de povoamento.

Dito isso, é clarividente que os desafios contemporâneos em relação ao desenvolvimento das cidades aproximam-se, também, da temática da preservação do patrimônio cultural em diferentes partes e contextos do mundo. Nesse universo, chega-se à região do Vale do Taquari⁴, território marcado pela presença histórica de diferentes povos - indígenas, africanos e europeus, responsáveis pela produção e legado de bens culturais que dialogam com o conjunto de elementos estruturadores da identidade de seus habitantes.

Para este texto⁵, organizamos as discussões em momentos correlacionados. No primeiro, situamos o estudo, refletindo sobre a importância da preservação do patrimônio cultural e sua relação com a memória social das comunidades, para discutir na sequência, o papel da extensão universitária na promoção da educação patrimonial no Vale do Taquari. Em um terceiro momento, é detalhado o percurso metodológico do estudo, delineado através das ações do projeto *Patrimônio Vivo*. Por fim, as práticas da extensão universitária são especuladas no contexto das ações realizadas no município de Santa Clara do Sul.

Contexto de políticas de preservação no Brasil

Em âmbito nacional, a Constituição Federal (1988), em seu Artigo 216, define o patrimônio cultural brasileiro como sendo o conjunto de bens materiais e imateriais que contenham referências dos grupos sociais que formam o Brasil. Esse conjunto considera formas de expressão, modos de criar, fazer e viver, criações científicas, artísticas e tecnológicas, nas obras, objetos e documentos, nas edificações e espaços de manifestações, nos conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, a identidade e a memória de diferentes grupos brasileiros.

Ao historicizar o tema, destaca-se que a política de preservação no país foi instituída na década de 1930, com a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, que se tornou responsável em organizar projetos, ações

de investimento, incluindo a análise de demandas de tombamento e preservação, e demais questões que envolvem o patrimônio nacional. A partir dessa estrutura nacional, o IPHAN atua nos estados brasileiros por meio das superintendências - Instituto do Patrimônio Histórico-Artístico Estadual (IPHAEE), promovendo e gerenciando questões no âmbito estadual.

Por sua vez, os municípios, atendendo às diretrizes nacionais e estaduais, ficam responsáveis por criar legislação própria, inserindo-a ou não no Plano Diretor, comprometendo-se a identificar os bens de seu território a partir do Inventário do Patrimônio Cultural, e estabelecendo diretrizes de preservação e promoção dos elementos patrimoniais locais⁶. Já no contexto mundial, as normativas de orientação para a preservação do patrimônio cultural encontram materialidade nas chamadas Cartas Patrimoniais, resultados de discussões mundiais e nacionais, estabelecendo diretrizes de preservação, promoção e intervenção no patrimônio material, imaterial e natural. Algumas das mais importantes são a Carta de Atenas de 1931, a Carta de Veneza de 1964 e a Carta de Brasília de 1995 (CURY, 2000).

Nesse contexto, vale destacar uma primeira importante definição registrada na Carta de Atenas, por exemplo, ao considerar que o afeto e o respeito da população pelas obras de artes e pelos monumentos é a maior garantia de sua conservação. Consequentemente, esses sentimentos devem ser fomentados pelo poder público através de ações apropriadas e de impacto social, bem como por setores educacionais que possam incentivar e despertar em crianças, jovens, adultos e idosos o interesse pela proteção dos bens patrimoniais.

Ao longo do século XX, as definições conceituais para o que se compreende ser o patrimônio cultural ampliaram-se e passaram a dar conta de uns elementos plurais, diversos e complexos. Sendo assim, a partir de uma perspectiva contemporânea, entende-se que o patrimônio cultural pode ser classificado como material e imaterial. Os bens imateriais são definidos, segundo IPHAN (2014), como manifestações que passam de geração em geração através de ideias, da literatura, de representações cênicas, da música, da culinária, de tradições e técnicas. Já os bens materiais são classificados como móveis e imóveis.

Os bens móveis são os objetos, documentos, obras de arte, mobiliários e afins. E os bens imóveis são aqueles categorizados pelas definições de patrimônio natural e paisagístico, urbano e arquitetônico. Logo, todas as formas de expressão de um povo constituem sua cultura, e esta, se modifica com tempo. Nesse

horizonte, Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 6) fazem referência aos valores socioculturais envolvidos, defendendo que:

Todas as ações através das quais os povos expressam suas formas específicas de ser constituem a sua CULTURA e esta vai ao longo do tempo adquirindo formas e expressões diferentes. A cultura é um processo eminentemente dinâmico, transmitido de geração em geração, que se aprende com os ancestrais e se cria e recria no cotidiano do presente, na solução dos pequenos e grandes problemas que cada sociedade ou indivíduo enfrentam.

De maneira semelhante, Ana Meira (2008) entende o patrimônio como aspecto que pertence ao campo das representações sociais, onde ocorre atribuição de sentido e de valores que se alteram com o passar do tempo, trazendo elementos de referência para a sociedade. Este aspecto fundamenta o sentido da preservação do patrimônio, e não unicamente pela existência de uma materialidade, por exemplo. Além disso, segundo Abreu (1998), a memória é uma categoria biológica/psicológica que diz respeito à capacidade de armazenagem e conservação de informações. A busca da identidade dos lugares tem sido fundamental para uma busca de raízes, uma busca do passado. A memória hoje é um elemento fundamental da constituição da identidade de um lugar. Assim, o patrimônio possui a capacidade de estimular a memória das pessoas historicamente vinculadas a ele.

Neste sentido, conforme a Carta de Brasília (1995), os edifício e lugares são portadores de mensagens ou argumentos que os definem como patrimônio de um território e comunidade, estabelecendo identidade⁷. As memórias e as referências são estabelecidas a partir da função, que causa efeitos positivos na vida do homem. Por isso, é importante que a mensagem original seja mantida, assim com as mensagens seguintes, consequentes das novas circunstâncias culturais, reconhecendo e assumindo um processo dinâmico e evolutivo, que confere autenticidade ao patrimônio cultural. Por outro lado, há que se ressaltar, igualmente, que nem todas as edificações antigas passam a ser necessariamente patrimônio de uma cidade. Meira (2004) resalta que algumas construções em um dado local nem sempre são reconhecidas como patrimônio cultural, pois a escolha de determinados elementos, lugares, manifestações ou arquitetura é feita através da significação do valor que o espaço tem para a sociedade. Conforme Meira (2004, p. 13):

Depende dos valores da sociedade, presente em cada momento da sua trajetória, a definição do que vai se constituir em patrimônio cultural - compreendido como os elementos materiais e imateriais socialmente reconhecidos e que servem de referência ao seu desenvolvimento. A atribuição dos valores está ligada ao universo da escolha e o reconhecimento de seus significados inscreve-se na dimensão simbólica do imaginário. Nas cidades os bens patrimoniais estruturam uma rede de relações sociais que atribuem sentido e ajudam a criar laços de pertencimento a partir dos lugares urbanos.

Assim, a imagem de uma cidade se constitui pela riqueza e pela pluralidade de elementos que permitem o diálogo entre o patrimônio cultura e a memória social. Dessa forma, a arquitetura ocupa uma importância fundamental, pois ela demarca visualmente a materialidade sobre a trajetória histórica e evolutiva de uma sociedade, constituindo a paisagem cultural⁸ dos territórios e das comunidades.

O Vale do Taquari e o papel da extensão universitária

O Vale do Taquari, como região socioeconômica importante para o estado do Rio Grande do Sul, também possui elementos identitários específicos que requerem a discussão permanente sobre a preservação do patrimônio cultural, valorizando os diferentes processos históricos de povoamento, como indígena, africano e europeu, e que deram origem às atuais comunidades da região.

A título de exemplo do patrimônio material da região, ainda são encontradas edificações da arquitetura popular de imigração alemã, cuja técnica construtiva e organização do sítio revelam particularidades culturais dos antepassados. No entanto, mesmo que possa ser animador encontrar tais exemplares, há indicações que demonstram que a destruição dessas construções tem aumentado nas últimas décadas, e que políticas públicas dos governos municipais pouco têm feito em defesa do patrimônio do Vale do Taquari⁹.

Frente a isso, percebe-se que a importância social do reconhecimento do patrimônio cultural na região ainda não é clara e carece de fomento para que se coloque em pauta, principalmente, a educação patrimonial. A conscientização coletiva da população tem sido ocupada por discursos de modernização, desenvolvimento e progresso, aspecto que se consolida em Planos Diretores municipais, criando contrapontos ao que por gestores tem sido entendido como

antigo, obsoleto e retrógrado, dificultando uma ação efetiva a favor da manutenção e preservação, em especial das edificações históricas.

A partir desta problemática local, a Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, ao perspectivar sua responsabilidade social quando se trata de desenvolvimento e valorização da região, tem apostado em projeto extensionista - *Patrimônio Vivo*, cujas ações envolvem estudantes, docentes e as comunidades locais, em prol do resgate, da preservação e da valorização do patrimônio cultural do Vale do Taquari. Importante ressaltar que a extensão universitária no Brasil de formato “mão única”, no qual a universidade ensina a comunidade que não sabe, tem aberto espaço para outros sentidos, mais dialógico e contemporâneo, que se resume no modelo de ação de “mão-dupla”, permitindo que a indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão reafirme a extensão como processo de formação, geração e troca de conhecimentos, colocando o estudante como corresponsável pelo aperfeiçoamento de suas competências profissionais e pessoais.

Nesse processo, tem-se o aluno “como protagonista de sua formação técnica para obtenção de competências necessárias à atuação profissional, e de sua formação cidadã – reconhecer-se agente da garantia de direitos e deveres, assumindo uma visão transformadora e um compromisso” (FORPROEX, 2007, p. 17). Além disso, entende-se a extensão universitária como um cenário de aprendizagem no qual o estudante tem a possibilidade de extrapolar o espaço da sala de aula, uma vez que estará envolvido em ações que se relacionam com questões sociais, educacionais e práticas, constituindo aportes decisivos para sua formação, enriquecendo a experiência discente no âmbito teórico e metodológico, além de reafirmar e materializar compromissos éticos e solidários.

Ao ser um processo educativo científico e cultural, por meio da relação dialógica entre a universidade e a comunidade, o Projeto de Extensão *Patrimônio Vivo* desenvolve atividades de educação patrimonial nas comunidades, com enfoque interdisciplinar, bem como interlocuções com agentes públicos quanto à importância da gestão frente aos desafios da preservação do patrimônio cultural, em especial ao patrimônio edificado. Ao buscar ampliar a importância social dos bens materiais e imateriais das comunidades, frente à ideia equivocada de que o patrimônio histórico é o oposto de desenvolvimento e progresso, objetiva-se projetar impactos e transformações ao incentivar novas práticas de preservação, salvaguarda e valorização do legado histórico, com ênfase nas manifestações arquitetônicas e nos valores culturais envolvidos.

Nesse sentido, o projeto de extensão *Patrimônio Vivo* é orientado pelas diretrizes teóricas e metodológicas da indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão e nas bases conceituais da educação patrimonial definidas no Guia de Educação Patrimonial do IPHAN (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999). Nesse processo metodológico, os envolvidos são motivados a conhecer o passado e a história, aprendendo sobre a cultura e sobre as diversas manifestações que representam a identidade do lugar, do território e das comunidades, em um processo que envolve, primeiramente, a identificação, após a apropriação e, por fim, a valorização do bem cultural, possibilitando a transformação do pensamento social coletivo.

Projeto *Patrimônio Vivo*: aspectos metodológicos

Com o propósito de promover atividades que coloquem em pauta a construção, a apropriação, os consensos e os conflitos que dizem respeito ao patrimônio cultural das comunidades do Vale do Taquari, o projeto de extensão busca mobilizar inicialmente, através de ações organizadas, os representantes das Secretarias de Cultura e Turismo dos municípios, bem como entidades locais, tais como associações de bairros, associações esportivas, clubes de mães, sociedades religiosas, grupos de dança, pastorais, movimentos rurais, sociedades de canto, círculo de pais e mestres, associações de professores, entre outros grupos. Após a capacitação de estudantes, docentes e demais voluntários da comunidade externa, incluindo alunos egressos da instituição, atividades são preparadas pelo projeto de extensão para que sejam implementadas nas comunidades da região.

A primeira etapa da metodologia de educação patrimonial envolve o reconhecimento dos valores significativos do passado e da memória, através da investigação sobre o que a comunidade reconhece como valor cultural local, valorizando a ideia de que as comunidades são produtoras e detentoras de saberes locais, e os “bens culturais estão inseridos em um contexto de significados locais associados às memórias dos lugares” (FLORENCIO, 2014, p. 27). Dessa forma, é possível reconhecer a rede de significados do passado para a transformação do futuro e para o entendimento do presente. Esta ação inicial na comunidade acontece geralmente em ambiente público, como por exemplo, em ginásios esportivos e salões paroquiais. Para esse encontro, são levantados alguns dados

prévios por membros da equipe do projeto, organizando material acerca da história, cultura e arquitetura do município.

A parte inicial da ação envolve uma apresentação da equipe e do projeto *Patrimônio Vivo*¹⁰, e a exposição de conceitos ligados ao tema do patrimônio, tais como memória, tradição, cultura, patrimônio material e imaterial, entre outros. A partir deste ponto, pessoas da comunidade são organizadas em grupos para a realização da dinâmica “Passado e Memória”, na qual estudantes da graduação se distribuem nos grupos e exercem o papel de mediadores, fomentando o reconhecimento do patrimônio local.

Utilizando cartões com imagens de patrimônio material, imaterial e natural mundiais e locais, os extensionistas instigam a comunidade ao diálogo, com o objetivo de traçar relações entre as imagens e a realidade local. Neste momento, estimula-se a comunidade a expor elementos que dizem respeito a suas tradições, costumes e histórias, sendo identificados e registrados pelos estudantes em folhas de acordo com sua categorização em cores. O patrimônio material é registrado em folhas de cor amarela, imaterial em cor rosa e natural em cor azul (Figura 1). Esta ação é fundamental para valorizar elementos da memória social em interface com histórias contadas, lugares de referências do município e tradições rememoradas.



Fonte: dos autores

FIGURA 1
Dinâmica “Passado e Memória”

Posteriormente, a segunda parte da metodologia executa uma ação que envolve a visita e o reconhecimento de edificações ou bens materiais que possam auxiliar na compreensão da história, cultura e tradições das comunidades. Esse segundo momento ocorre no mesmo dia ou em outra ocasião, sendo organizado um roteiro que pode ser realizado em formato de “Caminhada do Patrimônio”. Ainda, a comunidade, os estudantes e os docentes desenvolvem a observação e análise coletivamente sobre o que se constitui em patrimônio cultural da comunidade.

Frente às especificidades de cada situação, de cada município, ou do grupo envolvido, avalia-se a possibilidade de realizar caminhadas de identificação, bem como registros dos bens patrimoniais locais, através de fotografias e vídeos. Estudantes e professores atuam como mediadores do patrimônio, conduzindo a comunidade ao longo de um percurso que contenha elementos característicos sobre a arquitetura e a paisagem local, permitindo que os habitantes locais sejam produtores e protagonistas de sua própria cultura (TOLENTINO, 2016). Na terceira etapa, os materiais das ações são organizados em formato de síntese, gerando um produto que respeita a autoria de todos os sujeitos envolvidos e que permita a preservação de histórias contadas pela comunidade, bem como o registro de bens materiais citados e identificados ao longo do processo, para que possa ser compartilhado e difundido como parte constituinte da educação patrimonial.

Limites e possibilidades da extensão universitária: o contexto de Santa Clara do Sul/RS

O município de Santa Clara do Sul, localizado no Vale do Taquari, está a 128 Km de distância da Capital do estado, Porto Alegre, possuindo um território de 86.980 Km², população de 5.697 habitantes e uma densidade demográfica de 65,75 hab./km², segundo o Censo de 2010 (IBGE, 2018).

Ocupado primeiramente por indígenas, a colonização europeia neste território iniciou-se em 1869, com a chegada das primeiras famílias de imigrantes alemães e austríacos. A imensa área de matas virgens, limitada pelos arroios Sampaio e Forqueta recebeu o nome de “Fazenda Santa Clara”. Tal nomeação foi uma homenagem de Antônio Fialho de Vargas, terceiro proprietário do território que formou o município de Lajeado no ano de 1891, para sua segunda filha Maria Clara, que se tornou religiosa, integrando a Congregação Coração de Maria,

recebendo o nome de Irmã Clara de Santo Estanislau. Em 1945, uma lei governamental alterou o nome do distrito para "Inhuverá", cujo significado indígena é "Campo Resplandecente", mas passou, em 1948, para a atual denominação (SANTA CLARA DO SUL, 2019).

Dentre os aspectos peculiares da história local está a participação de seus habitantes na Revolução Federalista, no final do século XIX. Em 28 de maio de 1895, cinquenta colonos, liderados pelo Coronel José Diel, enfrentaram um grupo com cerca de trezentos maragatos, comandados por Zeca Ferreira, em um combate vitorioso. Assim apresentam Castro e Padoin (2000, p. 151):

Ao avistar a tropa maragata, naquela manhã, 28 de maio de 1895, a sentinela deu o seu alarme e os sinais combinados passaram de casa em casa por toda a parte. Os sinos da capela tocaram. Os homens correram para seus postos. Mulheres e crianças correram para o mato, levando consigo o necessário.

As três principais ruas do município homenageiam o fato histórico que está muito presente na memória da comunidade local: Avenida 28 de maio, Rua Coronel José Diel e Rua Capitão Nicolau Klein. Alguns soldados maragatos encontrados mortos foram enterrados onde, em 2003, foi inaugurado o monumento em memória a esse combate. Outros marcos históricos para Santa Clara do Sul referem-se à inauguração da Igreja Matriz em 1916, e 13 anos depois, ao acréscimo da Paróquia São Francisco Xavier, a fundação do Tiro de Guerra 239 (1918), o maior e mais organizado do interior do estado, e que contou com turmas de até 130 recrutas.

Além disso, em 1942, chegaram as primeiras irmãs da Congregação da Divina Providência, que assumiram a Escola Paroquial, atual Escola Municipal de Educação Infantil e, em 1953, o Hospital Imaculado Coração de Maria. O distrito foi o primeiro a conquistar a Escola de 2º grau, ativa desde 1975. No dia 20 de março de 1992, pela Lei Estadual nº 9.621, o distrito emancipou-se de Lajeado, dando origem ao município de Santa Clara do Sul (SANTA CLARA DO SUL, 2019).

Atualmente, prevalecem as etnias italiana e alemã, sendo a segunda predominante. A identidade cultural do município é fortemente marcada pelas tradições ancestrais dessas imigrações, e junto ao patrimônio imaterial, encontra-se o patrimônio material histórico edificado, que dispõe de amplo acervo de edificações da arquitetura popular de imigração alemã, bem como exemplares que se utilizaram de outras técnicas construtivas, expressando a cultura e a trajetória de desenvolvimento das comunidades neste território.

Entretanto, o patrimônio cultural padece com a desvalorização e a falta de preservação. São encontrados poucos registros sobre o patrimônio cultural de Santa Clara do Sul, e de identificação e localização das edificações de valor histórico. O poder público não dispõe de planejamento que envolva e proteja esses bens imóveis e não contempla projeto de educação patrimonial efetivo. A população expressa limites para compreender a importância do patrimônio que a elas pertence, dado que se corrobora ao se constatar o abandono, a demolição ou a descaracterização das construções históricas.

Com o propósito de contribuir para uma visão crítica e um papel produtor e protagonista dos habitantes sobre os bens culturais do município, o projeto de Extensão *Patrimônio Vivo* tem realizado ações de educação patrimonial que têm permitido à população local projetar outros olhares sobre o patrimônio cultural de Santa Clara do Sul, especialmente, sobre o patrimônio materializado pelas expressões arquitetônicas - o patrimônio edificado, e suas interfaces com as mais variadas manifestações (história, identidades, tradições, costumes, hábitos, memória social, expressões de vida, entre outros).

Até o presente momento, foram desenvolvidas ações em grupos de terceira idade e em grupos de canto por meio de encontros intermediados pelo governo municipal. Nessas ocasiões foram aplicadas a primeira etapa da metodologia de educação patrimonial, realizando a dinâmica “Passado e Memória”. As experiências têm demonstrado que a temática do patrimônio cultural local tem despertado interesse na comunidade, pois muitas pessoas têm participado de forma ativa das atividades propostas, envolvendo-se nas rodas de conversa em grupo junto aos estudantes voluntários do projeto. Na figura 2, observa-se alguns registros dos bens que foram reconhecidos pela comunidade e coletados pelos voluntários.

A partir das ações, entre outras percepções, percebe-se a retomada da autoestima das comunidades, que, até então, pouco espaço encontrava para estabelecer diálogos que evidenciam seus saberes sobre o passado local. Aliado a isso, em alguns casos, as gerações atuais, como filhos e netos, pouco interesse demonstram pelas histórias familiares. Sendo assim, ao dialogar com grupos de estudantes para compartilhar elementos da história local e da dinâmica da vida local, os membros da comunidade exercitam o protagonismo quando tratam da história do lugar, das trajetórias de suas famílias, das tradições, das memórias ligadas, especialmente, ao conjunto de edificações que ainda permanecem e que compõem a paisagem cultural.



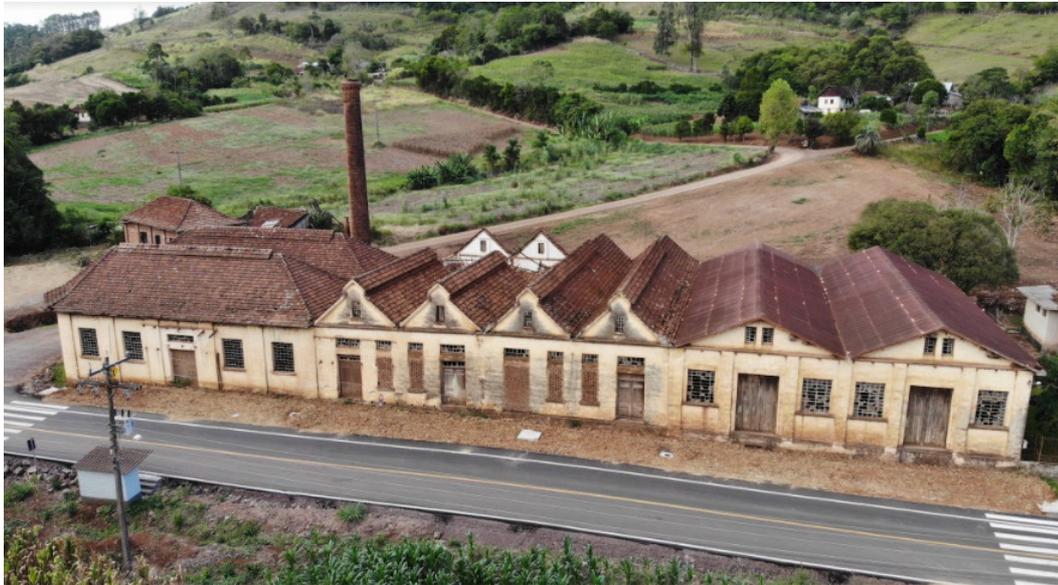
Fonte: dos autores

FIGURA 2
Bens patrimoniais reconhecidos na Dinâmica “Passado e Memória”

Muitos bens patrimoniais de valor material, imaterial e natural, já foram identificados a partir das ações extensionista, que, até o presente momento, contemplaram seis comunidades diferentes, localizadas em áreas rurais e urbanas, perpassando por quase todo o território do município. Dessa maneira, é possível ter uma amostragem dos exemplares que formam o contexto histórico edificado do município, e vinculado a isso, as tradições e os costumes recorrentemente relatados pelos sujeitos das comunidades, que acabam constituindo o patrimônio cultural de Santa Clara do Sul.

O patrimônio material está representado, em especial, na arquitetura local, uma vez que diversas edificações antigas foram citadas nos diálogos envolvendo as representações memoriais, tais como: casas, moinhos, igrejas e capelas, escolas, edificações comerciais e industriais, salões comunitários, entre outras construções reconhecidas pelas comunidades como patrimônio cultural relevante para a identidade e para a história local. Algumas edificações frequentemente citadas foram a antiga fábrica de fumo, pertencente à família Brönstrup (Figura 3), o Jauri dos Santos Sá; Jamile Maria da Silva Weizenmann; Tiago Weizenmann

“Monumento dos Maragatos”, que homenageia os cinquenta homens que participaram do “Combate vitorioso de 28 de Maio de 1895”; e a Igreja Matriz São Francisco Xavier.



Fonte: dos autores

FIGURA 3
Edificação desativada de uma fábrica de fumo, Picada Santa Clara

260

Outro aspecto importante sobre as atividades desenvolvidas refere-se ao fato de que integrantes da comunidade são proprietários de edificações históricas, o que permitiu a visita durante as ações, ou mesmo após as rodas de conversa. Essa vivência *in loco* possibilitou que os participantes do projeto reconhecessem o contexto de inserção das edificações e as interfaces possíveis decorrentes dos diálogos com a comunidade, compreendendo particularidades ligadas ao processo de imigração alemã em Santa Clara do Sul. Como exemplo, a visita à edificação enxaimel, na comunidade de Picada Santa Clara (Figura 4), mobilizou saberes que se relacionam às levas migratórias europeias no município, datadas ainda no século XIX.

A residência é composta por duas partes, a primeira possui aproximadamente 165 anos, na qual percebe-se a utilização da técnica construtiva enxaimel. Composta por uma estrutura de madeira, as paredes são preenchidas com alvenaria de tijolos, assentados com barro. Já o porão foi erguido com pedras. A disposição dos ambientes se mantém como original, sendo composta por três dormitórios, uma sala de estar, sótão e porão. A exceção é a cozinha, que

originalmente se localizava em uma construção separada, assim como o banheiro. A residência foi construída pelo trisavô da proprietária, imigrante alemão.



Fonte: dos autores

FIGURA 4
Edificação da arquitetura popular de imigração alemã

Esta edificação constitui-se um artefato cultural, que estabelece relação com a história do município. Dentre as peculiaridades, por exemplo, além do estilo construtivo, segundo os relatos orais dos proprietários, mantém-se uma das vidraças da janela quebrada por ter sido resultado de um disparo de bala do confronto da Guerra dos Maragatos, em 1895. A partir deste fato, a residência se tornou mais conhecida e, atualmente, turmas escolares visitam o local para conhecer a história do município e a Revolução Federalista.

Se as evidências materiais são possíveis, igualmente se apresentam aspectos que dizem respeito aos relatos sobre o patrimônio imaterial, incluindo o modo de vida das famílias, sua relação com o passado, e sua expressão no presente. No município de Santa Clara do Sul, por exemplo, as questões envolvendo a subsistência a partir da agricultura e da pecuária rudimentar pautaram as rodas de conversa. Assim, pomares, hortas, plantações e criações de animais seguem existindo, e mesmo que se utilizem tecnologias modernas, muitas formas de lidar

com as tarefas do campo ainda lembram certos padrões que remontam aos primeiros colonos europeus que se estabeleceram na região.

Igualmente, quando se trata da culinária local, destacam-se elementos que dialogam com a história, que ora representam legados trazidos da Europa, ora manifestam adaptações necessárias no Novo Mundo com a incorporação de novos ingredientes. Dentre os alimentos amplamente consumidos e citados, destacam-se: cuca, linguiça, rosca, bolo, doces de melado e de nata, tortas, pão de milho, sobremesa de sagu, pinhão, aipim, milho, entre outros. Quanto às bebidas, menciona-se a cerveja, o vinho, a cachaça, a garapa e o chimarrão.

Quanto à fala, foi possível identificar outro bem imaterial que compõe o patrimônio local, sobretudo pelo uso corrente de dialeto alemão, que combina vocábulos originais da língua dos imigrantes e expressões adaptadas e oriundas da língua portuguesa. Segundo alguns participantes locais, o dialeto tem perdido espaço entre os mais jovens a partir do momento que as escolas passaram a utilizar unicamente o idioma português. A religiosidade local está vinculada, sobretudo, à confessionalidade católica, e é rememorada pela prática da reza e à ida às celebrações religiosas, como as missas.



Fonte: dos autores

FIGURA 5
Jogo bolãozinho de mesa

No que diz respeito à diversão e ao lazer, foram lembrados os bailes, em especial o chamado baile de *Kerb*, festividade típica das regiões de colonização alemã no Rio Grande do Sul, bem como as brincadeiras e os brinquedos antigos. Nesse sentido, por exemplo, alguns jogos ainda são parte dos momentos de lazer, tais como o jogo de bolão e de bocha, bolãozinho de mesa (Figura 5), jogo do pontinho, jogos de carta, jogo de bisca, jogo de bolitas, entre outros.

Finalmente, quanto ao patrimônio natural, foram reconhecidos os arroios, com destaque para o arroio Sampaio e Saraquá, que são recursos hídricos ligados à história local, assim como campings, vertentes, poços de água, cascatas, árvores nativas e flores representativas para a região.

Tendo em vista as experiências proporcionadas pelo projeto e a interação entre a comunidade de Santa Clara do Sul e o grupo extensionista da universidade, percebe-se que as ações têm se revelado um interessante espaço de troca de saberes, sustentados pela relação dialógica e de confluências entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento popular de comunidades. As atividades de extensão possibilitam aos estudantes e aos docentes envolvidos ampliar a compreensão sobre o mundo, sobre as tradições, reconhecendo diferenças e particularidades de cada comunidade, dando um sentido único ao que se entende por patrimônio cultural. Para as comunidades, seus membros assumem papel como protagonistas e construtores, revelando como “se apropriam de sua herança cultural e como são regidos os jogos de disputas e as relações de poder em torno da seleção dos patrimônios e da construção das narrativas de memórias coletivas” (TOLENTINO, 2016, p. 43).

Ao abordar a temática do patrimônio e da valorização dos bens culturais nas comunidades de Santa Clara do Sul, tem sido possível incentivar o resgate das memórias locais, das manifestações imateriais e das representações sociais sobre as edificações. Inegavelmente, trata-se de um campo que carece de atenção, incluindo a necessidade de políticas públicas que deem conta da preservação, reconhecimento e valorização. Dessa forma, o projeto *Patrimônio Vivo* tem criado problematizações, espaços e oportunidades para que comunidades realizem exercícios de produção autoral, rememoração e cuidado em relação às diferentes manifestações que pertencem ao universo do patrimônio cultural, colocando em pauta traços identitários que se relacionam à paisagem, aos bens culturais e à memória social coletiva do município.

Considerações finais

A educação patrimonial trata de processos e, portanto, demanda tempo para impactar significativamente na transformação das comunidades. As mudanças necessitam de engajamento coletivo e de diferentes formas de mobilização social para promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro. Portanto, educação patrimonial, registros, vigilância, tombamentos e desapropriações, e outras formas de acautelamento e preservação, como bem expressa o texto Constitucional de 1988, são possibilidades para um trabalho de impacto sociocultural. Ao reivindicar junto aos gestores públicos uma postura de respeito e de cuidado em relação aos bens culturais locais, as comunidades assumem papel protagonista nos processos que tratam de preservação, do cumprimento da legislação patrimonial, do fomento à cultura, da produção de inventários, de ações de restauro e de conservação de edifícios históricos.

Dessa forma, políticas de preservação e de valorização de bens culturais encontram sentido social, uma vez que se dedicam a dialogar com as representações que constituem a memória, os traços identitários e, também, os elementos arquitetônicos que formam a paisagem cultural. É no âmbito das comunidades que a preservação se faz sentir efetivamente, pois é o espaço no qual os bens estão carregados de significados e contextos, cabendo aos órgãos públicos identificá-los a partir de inventários do Patrimônio Cultural, estabelecendo diretrizes de proteção a partir da instituição e atuação de conselhos locais.

No Vale do Taquari, o potencial turístico vinculado às manifestações patrimoniais ainda é pouco explorado. Nesse sentido, rotas gastronômicas aliadas às edificações históricas ou mesmo rotas culturais aliadas a núcleos históricos preservados, por exemplo, são experimentações possíveis para alavancar projetos locais. Além disso, algumas edificações históricas também possuem forte disposição para novos usos culturais, tais como galerias de arte, museus, escolas de arte, música, suprindo necessidades específicas das cidades. Desse modo, a importância econômica na preservação se alia à importância social, cultural, histórica, gerando oportunidades que aproximam interesses distintos.

Como demonstrado, o projeto *Patrimônio Vivo* tem permitido ampliar o olhar frente ao tema, provocando outras possibilidades para pensar o patrimônio local. Em Santa Clara do Sul, observa-se que os grupos participantes das ações reconstruem sua autoestima a partir do interesse em compartilhar histórias,

tradições e memórias que pertencem tanto ao passado como ao presente. De maneira especial, grupos de idosos colocam em pauta a jovens estudantes universitários os mais diferentes saberes, compartilhando costumes e tradições imateriais e materiais que remontam ao tempo de formação dos núcleos de colonização e à organização da vida rural.

Por outro lado, tem-se observado interesse de gestores municipais em apoiar projetos dessa natureza, auxiliando na articulação com os grupos locais, no mapeamento e registro de edificações de interesse histórico, no intuito de organizar um inventário que reúna informações de relevância para o município. Como exemplo citamos a edificação pertencente à família Brönstrup. Contemplada nas ações do projeto de extensão em 2018, a antiga Fumageira (ver Figura 3), uma manifestação concreta da tipologia industrial da primeira metade do século XIX, assume grande importância para a formação do patrimônio industrial no município de Santa Clara do Sul e do Vale do Taquari.

Como resultados mais efetivos, destaca-se que em maio de 2019, a câmara de vereadores aprovou o projeto autorizando o Executivo a providenciar a compra do imóvel, que será transformado em um espaço para atividades voltadas aos programas e projetos municipais, no âmbito social e cultural, incluindo, possivelmente museu e casa de cultura. No ano de 2020 iniciou-se o processo de levantamento arquitetônico da edificação. Somado a isso, a proposta prevê a implantação de um parque agroecológico, com o propósito de beneficiar alimentos orgânicos produzidos pelas comunidades locais, incentivando a permanência de pessoas na área rural. Esta e tantas outras representações materiais e imateriais (re)descobertas em tempo pelo projeto *Patrimônio Vivo*, reforçam a importância da interface entre a extensão universitária e a memória social para a região.

NOTAS

1. Georges Eugène Haussmann (1809-1891), político e administrador francês, foi responsável por conceber e efetivar intervenções de engenharia importantes em cidades como Blaye, Bardeaux, Var, Gironde e Sena (PANERAI, CASTEX, DEPAULE, 2013).
2. Alois Riegl (1858-1905) foi um historiador da arte pertencente à Escola de Viena de História da Arte e foi presidente da Comissão de Monumentos Históricos da Áustria, e por ela encarregado de empreender a reorganização da legislação de conservação dos monumentos austríacos. *Der moderne Denkmalkultus* (1903) é uma obra fundamental escrita por ele, sobre a conservação dos monumentos históricos.

3. Camillo Sitte (1843-1903) foi autor de “Construção da Cidade para Princípios Artísticos” e, segundo Françoise Choay (2001) seu objetivo foi o de polemizar contra as transformações de Viena e planejamento do Ringstrasse, segundo princípios de Haussmann. Foi, no entanto, sem efeito sobre o destino urbanístico da capital austríaca e a concepção de Otto Wagner.
4. O Vale do Taquari localiza-se na região central do Rio Grande do Sul do Brasil, e abrange 36 municípios com população oriunda de diversas etnias, entre elas a indígena, afro, alemã, italiana e açoriana (CÂMARA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DO VALE DO TAQUARI, texto digital).
5. A pesquisa contou com a colaboração das bolsistas Caroline Nichel, Djulia Marder e Luize França da Rocha, acadêmicas do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Univates.
6. É fundamental cumprir o que diz a Constituição Federal (1988), uma vez que, conforme o Art. 23, inciso III, “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (...) proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis, os sítios arqueológicos; (...). E, na sequência, o artigo 30, inciso IX observa que “Compete aos Municípios: (...) promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual”.
7. Conforme a Carta de Brasília (CURY, 2000), a identidade é uma forma de pertencer e participar. É por esse motivo que somos capazes de encontrar nosso lugar, nosso nome, ou nossa personalidade, não por oposição, mas porque descobrimos vínculos verdadeiros que nos ligam ao destino das pessoas com as quais compartilhamos da mesma cultura.
8. Paisagem cultural é uma categoria de bem cultural estabelecida pela UNESCO, em 1992. O conceito é definido pela interação entre o ambiente natural e as atividades humanas, pela qual se criam tradições, folclore, arte e outras formas de expressão da cultura, resultando em uma paisagem natural modificada pelo homem. O conceito de Paisagem Cultural foi incorporado no Brasil em 2009, pelo IPHAN, e é entendido como um conjunto espacial composto de elementos materiais construídos associados a determinadas morfologias e dinâmicas naturais, formas estas que se vinculam a conteúdos e significados dados socialmente. Assim, o conceito de paisagem cultural permite superar o tratamento compartimentado entre patrimônio natural e cultural, e também entre o material e imaterial, entendendo-os como um conjunto único, um todo vivo e dinâmico.
9. A partir do levantamento de edificações registradas no livro *Arquitetura em enxaimel* (Fachwerk) Lajeado, Forquetinha e Canudos do Vale, Wolfgang H. Collischonn (2000), pode-se observar em visitas técnicas feitas à região que parte dos exemplares apresentados no livro já não mais existem.
10. O Projeto de Extensão *Patrimônio Vivo* contempla, inicialmente, o grupo denominado G8, formado pelos municípios do Vale do Taquari, dentre eles Canudos do Vale, Cruzeiro do Sul, Forquetinha, Sério, Marques de Souza, Progresso, Santa Clara do Sul, além de Boqueirão do Leão, situados no Vale do Rio Pardo. As atividades iniciaram em abril de 2018 nos municípios de Forquetinha e Santa Clara do Sul.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. *Revista Território*. v. 3, n. 4, p. 5-26, 1998.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CÂMARA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DO VALE DO TAQUARI. *Portal do Vale do Taquari*. Disponível em: www.cicvaledotaquari.com.br. Acesso em: 21 fev. 2019.

CASTRO, Carmem Lúcia Weber; PADOIN, Maria Medianeira. A Revolução federativa em Santa Clara do Sul - um estudo de caso (1893 - 1895). *Disciplinarum Scientia*, Ciências Sociais e Humanas, Santa Maria, v. 1, n. 1, p. 143-155, 2000.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

COLLISCHONN, Wolfgang; RICHTER, Günter Heinz. *Arquitetura em enxaimel (Fachwerk)*: Lajeado, Forquetinha e Canudos do Vale. Lajeado: Grafocem, 2000.

CURY, Isabelle (org.). *Cartas patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

FLORENCIO, Sônia et al. *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos*. 2. ed. Brasília: Iphan, 2014.

FORPROEX. *Extensão Universitária: organização e sistematização / Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras*. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/rex/images/documentos/Organizacao-e-Sistematizacao.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2019.

HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: Iphan; Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo 2010*. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 fev. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo 2010*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-clara-do-sul/>. Acesso em: 20 fev. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 26 fev. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. *Programa de Extensão Universitária (ProExt)*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/584/>. Acesso em: 21 maio. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. *Publicação online do IPHAN consolida diretrizes da Educação Patrimonial no Brasil*. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/356/publicacao-online-do-iphan-consolida-diretrizes-da-educacao-patrimonial-no-brasil>. Acesso em: 19 out. 2018.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. *O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção*. Porto Alegre, 2008. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14319/000661110.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 fev. 2019.

MEIRA, Ana Lúcia. *O passado no futuro da cidade: políticas públicas e participação popular na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MOREIRA, Clarissa da Costa. *A cidade contemporânea, entre a tabula rasa e a preservação: cenários para o porto do Rio de Janeiro*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

PANERAI; CASTEX; DEPAULE. *Formas urbanas: a dissolução da quadra*. Porto Alegre: Bookman, 2013, p. 1-3.

PRÉDIO histórico abrigará parque agroecológico. *A Hora*, Lajeado, 15 maio 2019. Disponível em: <https://www.jornalahora.com.br/2019/05/15/predio-historico-abrigara-parque-agroecologico/?fbclid=IwAR0ALUeDQUFXVksGDcdeG1HZZ6Pj9bd1zuucAM9ZrqGc19ickqhhVuuOR4M>. Acesso em: 20 maio 2019.

SANTA CLARA DO SUL (Município). *Prefeitura de Santa Clara do Sul*. Disponível em: <https://www.santaclaradosul.rs.gov.br/>. Acesso em: 15 fev. 2019.

TOLENTINO, Átila Bezerra. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, Átila Bezerra; BRAGA, Emanuel Oliveira (org.). *Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas*. João Pessoa: IPHAN-PB/Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016.

UNESCO. Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural. In: CONFERÊNCIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. 17ª sessão, Paris, 17 out.-21 nov. 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

Jauri dos Santos Sá é Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade do Vale do Taquari (Univates), no Rio Grande do Sul. Doutor em Arquitetura e Diplomado em Estudos Avançados pela Universidade Politécnica da Catalunha (UPC), em Barcelona, na Espanha. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijui).

268

Jamile Maria da Silva Weizenmann é Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade do Vale do Taquari (Univates), no Rio Grande do Sul. Doutora e Mestra em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Tiago Weizenmann é Professor do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Vale do Taquari (Univates), no Rio Grande do Sul. Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre e Licenciado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). É coordenador do Núcleo de Apoio Pedagógico da Univates.

Como citar:

SÁ, Jauri dos Santos; WEIZENMANN, Jamile Maria da Silva; WEIZENMANN, Tiago. Interfaces entre extensão universitária e preservação da memória: um estudo sobre o patrimônio cultural em Santa Clara do Sul/RS. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 17, n. 1, p. 247-268, jan./jun. 2021. Disponível em: pem.assis.unesp.br.